

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO

Rua Tenente Magalhães, 109 / Centro - São José do Barreiro - SP

CEP 12.830-000 - Telefax : (12) 3117-1311

e-mail: contato@camarasjb.sp.gov.br

CNPJ n.º 01.027.716/0001-45

PARECER TÉCNICO

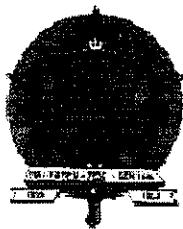
Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Encontra-se nesta Procuradoria para parecer, o Projeto de Lei nº 01/2019, do Poder Legislativo, que dispõe sobre revisão geral anual aos servidores e agentes políticos do Poder Legislativo do município de São José do Barreiro/SP.

Veio acompanhado de mensagem justificativa pela qual, esclarece o autor que referido projeto visa dar atendimento ao direito estabelecido pelo art. 37, X, da Magna Carta.

A revisão geral anual é direito do servidor e visa atualizar o poder aquisitivo dos vencimentos e subsídios, fazendo com que a remuneração seja permanente e que se mantenha o seu valor real.

Muito embora o Poder Legislativo venha observando o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é certo que este direito é exceção ao cumprimento do limite de despesa (art. 22, Parágrafo Único e art. 71), razão pela qual, está dispensando até mesmo a apresentação de relatório de impacto orçamentário e financeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO

Rua Tenente Magalhães, 109 / Centro - São José do Barreiro - SP

CEP 12.830-000 - Telefax : (12) 3117-1311

e-mail: contato@camarasjb.sp.gov.br

CNPJ n.º 01.027.716/0001-45

A matéria aqui discutida não comporta maiores esclarecimentos ou comentários, já que a matéria delineada seguiu as determinações legais sobre o assunto.

O índice para medir a inflação no período deu-se por instituto reconhecido nacionalmente e foi estendido a todos os servidores do Legislativo.

Diante de todo o acima exposto, verifica-se que o projeto, atendeu a todos os pressupostos constitucionais e legais exigidos para a sua apresentação.

Fazem-se igualmente presentes os pressupostos de iniciativa, oportunidade e conveniência, razão pela qual, sugerimos seja o mesmo levado à Plenário para deliberação.

No que tange ao mérito, a Assessoria Jurídica não irá se pronunciar, pois, caberá aos Srs. Vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

O processo de votação é simbólico, quórum maioria simples, votação única.

É o meu parecer, s.m.j.

São José do Barreiro, 14 de fevereiro de 2019.


Dra. ANGELA MARIA REZENDE RODRIGUES
Assessora Jurídica